



Projeto é chamado de ECA Ambiental

Direito prioritário da criança a meio ambiente saudável aprovado

O direito de crianças e adolescentes ao meio ambiente, “com prioridade absoluta”, é o que determina o chamado ECA Ambiental, projeto aprovado pelo Senado na última quarta-feira (2). O texto aguarda a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entre outros pontos, o projeto prevê o direito da criança e do adolescente à natureza, inclusive a áreas naturais saudáveis, o brincar livre em contato com ambientes naturais, a educação baseada na natureza e a participação na defesa, conservação e recuperação ambiental. De autoria da deputada federal Laura Carneiro (PSD-RJ), o Projeto de Lei 2.225/2024 modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 1981). No primeiro caso, a alteração é para definir como dever da família, da sociedade e do Estado a efetivação do contato com o meio natural para crianças e adolescentes.

Site facilita denúncias de violência à mulher

Fruto de uma parceria entre a Childhood Brasil, o Instituto Liberta, o Grupo Mulheres do Brasil e a Vibra Energia, o Movimento Violência Sexual Zero lançou o Mapa Nacional dos Conselhos Tutelares. Gratuita, a plataforma funciona como atalho para os mais de 3,5 mil conselhos tutelares existentes pelo país, contendo informações de contato atualizadas. O site têm, ainda, instruções sobre como formalizar uma denúncia relacionada a esse tipo de crime.



Plataforma orienta como acionar os conselhos tutelares

Pesquisas em microgravidade no espaço

O Brasil executa, até 19 setembro, uma nova etapa para ampliar a capacidade de fazer pesquisas científicas em microgravidade no espaço. A Operação Potiguar 2, conduzida no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), em Parnamirim, no Rio Grande do Norte, testa, em condições reais de voo, o sistema de recuperação da Plataforma Suborbital de Microgravidade Recuperável (PSM-R). O ambiente de microgravidade permite desenvolver pesquisas em condições diferentes das encontradas na superfície terrestre.

Missão envolve 160 militares servidores civis

Entre as áreas que podem se beneficiar estão estudos de materiais, fluidos, combustão, biologia, medicamentos e agricultura espacial. A plataforma será lançada pelo veículo de sondagem VS-30 V16, desenvolvido pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE). A missão está prevista para ocorrer de 31 de agosto a 19 de setembro e tem cerca de 160 militares e servidores civis envolvidos.

Golpe do sócia I

Uma nova estratégia de fraude de identidade usa tecnologia de comparação facial para encontrar pessoas com características físicas semelhantes às dos próprios criminosos. O método, chamado de “golpe do sócia”, foi identificado pela equipe de inteligência analítica da Serasa Experian e descrito na edição do Mapa da Fraude.

Golpe do sócia II

A tática explora sistemas de reconhecimento facial para tentar fazer com que o fraudador se passe por outra pessoa durante processos de validação de identidade, como cadastros e abertura de contas. Segundo a Serasa Experian, os criminosos utilizam ferramentas capazes de comparar o próprio rosto com imagens disponíveis em diferentes bases.

Cientistas I

As inscrições para o Prêmio Carolina Bori Ciência & Mulheres, promovido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência estão abertas até o dia 30 de outubro. O objetivo é reconhecer jovens talentosas cujas pesquisas de iniciação científica demonstrem criatividade, rigor metodológico e potencial para contribuir para a ciência.

Cientistas II

Desde 2019, o Prêmio Carolina Bori já reconheceu 37 cientistas. Nesta edição, a premiação será voltada a estudantes do ensino Médio e da graduação que desejam seguir carreira científica. Serão selecionadas seis vencedoras: três estudantes do ensino médio e três da graduação, distribuídas entre as três grandes áreas do conhecimento.

Estudantes indígenas

Estudantes indígenas interessados em fazer mestrado ou doutorado podem consultar a lista de programas de pós-graduação participantes do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Indígena. A relação está disponível no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, autarquia vinculada ao MEC.

Oncologia 2027

A 17ª edição do Curso de Verão, atividade tradicional do Programa de Pós-Graduação em Oncologia do INCA, será realizada de 18 a 29 de janeiro de 2027. O curso destina-se a alunos de graduação das áreas das Ciências Biológicas e da Saúde e é uma oportunidade para aproximar esse público das atividades de pesquisa do INCA.



Recuperação pode proteger nascentes e aumentar a segurança alimentar

Especialistas defendem protagonismo indígena

Amazônia tem 1,79 milhão de hectares com potencial de recuperação

Da **Redação**

No Dia da Amazônia, comemorado no sábado (5), especialistas destacaram a urgência de investimento na restauração de terras degradadas em territórios indígenas, o que significa ir além do plantio de árvores ou da recomposição da vegetação perdida.

A recuperação pode proteger nascentes, aumentar a segurança alimentar, trazer de volta espécies usadas pelas comunidades, fortalecer conhecimentos tradicionais e gerar renda.

A discussão ganha mais importância no momento em que o Brasil amplia suas metas de recuperação de áreas degradadas. Durante a 17ª Conferência das Nações Unidas de Combate à Desertificação (COP17), realizada em Ulaanbaatar, na Mongólia, o país apresentou o compromisso de restaurar mais de 163 mil quilômetros quadrados até 2030.

Dados do TerraClass de 2022 indicam que as terras indígenas da Amazônia concentram 952,3 mil hectares de áreas degradadas, predominantemente ocupadas por pastagens. Outros 24,4 mil hectares estão destinados à agricultura e 18,9 mil hectares à mineração.

Também foram identificados 840,5 mil hectares de vegetação secundária. Somadas às áreas degradadas, elas representam um potencial de restauração estimado em 1,79 milhão de hectares dentro de terras indígenas.

Apesar das pressões, esses territórios continuam entre as áreas mais conservadas do país. Segundo o Relatório Anual do Desmatamento do MapBiomas divulgado em 2026, apenas 1,7% de toda a perda de vegetação nativa registrada no Brasil entre 2019 e 2025 ocorreu dentro de terras indígenas.

A indígena do povo Kaingang e especialista da The Nature Conservancy Brasil (TNC), Diana Nascimento, diz que os números de hectares recuperados não são suficientes para medir o sucesso de uma iniciativa. É preciso também participação ativa dos que vivem nos territórios.

“Quando os povos indígenas assumem o protagonismo da restauração, o território deixa de ser visto apenas como uma área onde precisamos recuperar vegetação e passa a ser entendido a partir de sua relação com as pessoas, a cultura, a alimentação, os conhecimentos tradicionais e os modos de vida”.